

Preservar a paz é o desafio de momento

— defendem diplomatas e políticos em declarações ao "Notícias" A. J. 4

Paz foi a palavra-chave do serviço Inter-religioso que aconteceu ontem na Praça da Independência, em Maputo, numa acção de graças por ocasião da passagem do 1º aniversário da assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo moçambicano e a Renamo. O denominador comum foi que a paz fosse duradoura, uma paz baseada na reconciliação e tolerância. Esta a ideia com que ficou o "Notícias" ao Interpelar Aldo Ajello, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Secretário-Geral da Renamo, Vicente Ululu, bem como o dirigente do Partido de Convenção Nacional (PCN), Lutero Simango.

Para Aldo Ajello, a paz é já um processo irreversível em Moçambique e, na sua óptica, mais do que nunca as Nações Unidas estão mais seguras que o espectro da guerra não regressará ao país.

— Neste momento estou mais forte e seguro do que estava há um ano atrás. Este encontro inter-religioso que estamos a assistir na presença de políticos e de todas as forças vivas da sociedade civil, só vem demonstrar o interesse e empenho dos moçambicanos em preservar esta paz. Por parte das Nações Unidas continuaremos empenhados na criação de todas as

bases que assegurem que a pacificação em Moçambique seja um processo irreversível — enalteceu o Representante Especial de Boutros Ghali em Moçambique.

Por seu turno, o Secretário-Geral da Renamo, Vicente Ululu, assegurou ao nosso diário que o movimento de Afonso Dhlakama jamais voltará às armas.

— Para a Renamo, este encontro inter-religioso só vem provar que os moçambicanos já não pretendem voltar à guerra. Do nosso lado (Renamo) existe o comprometimento de fazer tudo quanto estiver ao nosso alcance para

preservar a paz em Moçambique. Entendemos que esta paz não pode ser duradoura sem que haja justiça, democracia e direitos humanos, e é nosso desejo que estes três elementos fundamentais sejam observados para que não desiludamos este povo que está cansado da guerra e de sofrimento — afirmou Vicente Ululu.

O nosso diário perguntou ao Secretário-Geral da Renamo como explicava a ausência do seu líder Afonso Dhlakama, ontem em Maputo, ao que Ululu respondeu, "não se trata de má vontade do Presidente Dhlakama não estar presente nesta

cerimónia. Neste momento (ontem) o nosso líder está a dirigir um comício popular em Maringué para explicar às populações que se encontram nas zonas sob nosso controlo a necessidade de preservar esta paz".

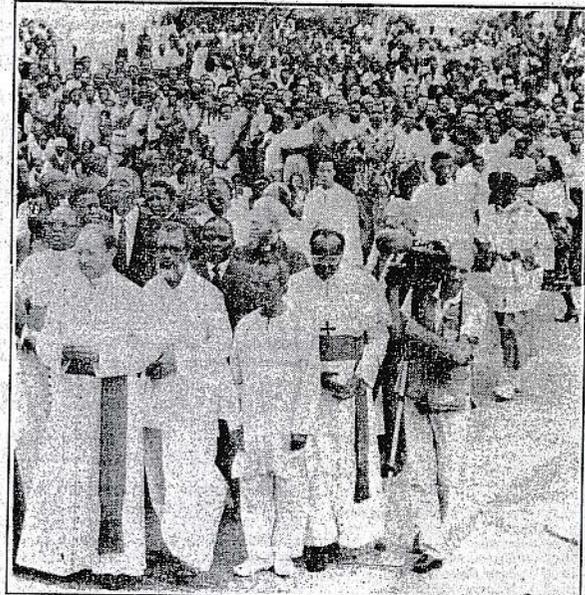
Aquele membro da cúpula da Renamo juntou não tratar-se de uma atitude que encerra a divisão do país, mas sim, "o facto de a guerra ter criado condições para que certas zonas do país estivessem sob a administração da Renamo".

Ululu não deixou de manifestar a sua satisfação pelos passos positivos por que trilhou até agora o processo de pacificação moçambicano, reconhecendo, no entanto, os atrasos que emperram o actual quadro político nacional. Tais atrasos, disse, devem-se às questões de natureza "técnica" que com a vontade das duas partes subscritoras dos entendimentos de Roma "podem ser facilmente ultrapassadas".

Otimismo e satisfação foi também o balanço feito por Lutero Simango, dirigente do Partido de Convenção Nacional (PCN) quando entrevistado pelo "Notícias" sobre o 1º aniversário da assinatura do Acordo Geral de Paz.

— O mais importante é que as armas calaram e em termos de pacificação houve avanços notórios e significativos. Queriria dizer também que neste período houve problemas no que se refere à democratização do país, porque as duas partes que assinaram o Acordo de Paz, de uma ou de outra forma, vedam a participação dos políticos neste processo. O fracasso da multipartidariedade é um exemplo elucidativo desta afirmação, pois o aborto daquela reunião de consulta e debate do Anteprojecto de Lei Eleitoral cria condições para o bipolarização — observou aquele político da oposição.

Aliás, o desejo de uma paz duradoura esteve patente em todas as manifestações religiosas que aconteceram ontem na Praça da Independência na capital do país. Desejos que foram expressos não apenas em discursos políticos, como também nas orações, nos cânticos religiosos, nas danças e disticos que por toda a cidade deixaram vincada a necessidade de nunca mais se ouvir o barulho das armas no país.



Zonas da Renamo abertas a outros partidos políticos

— afirma Afonso Dhlakama em Maringué por ocasião do 4 de Outubro

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, disse ontem em Maringué, na província de Sofala, que «as zonas sob controlo da Renamo estão abertas a todos os partidos políticos moçambicanos, incluindo a Frelimo» e reafirmou que o seu movimento jamais voltará a pegar em armas. Dhlakama falava a centenas de populares residentes nas zonas sob seu controlo, em Maringué, por ocasião da passagem do 1º aniversário da assinatura do Acordo Geral de Paz.

O líder da Renamo disse que só irá desmobilizar as suas forças depois da implementação dos processos de supervisão, reciclagem e equipamento das forças policiais e pediu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para iniciar um programa de educação cívica, tendo em vista as próximas eleições gerais no país.

Afonso Dhlakama pediu igualmente àquele órgão da ONU para o envio urgente de um contingente policial a Moçambique, a fim de supervisionar as actividades da Polícia. «Uma vez implementados os processos de supervisão da Polícia e para a reciclagem e equipamento da Polícia de intervenção rápida, a Renamo estaria disposta a iniciar o acantonamento e desmobilização das suas forças e participar na formação do exército único», afirmou Dhlakama.

O líder da Renamo formulou ainda um pedido ao Conselho de Segurança para que «tome em consideração o processo de paz e ordene à sua missão de paz em Moçambique para ter as responsabilidades efectivas nas suas acções, de modo a garantir aos moçambicanos eleições livres, justas e democráticas».

Dhlakama voltou a afirmar que as eleições se devem realizar no próximo ano, mas exige que se trabalhe arduamente na reparação de estradas em zonas rurais e na assistência em alimentos, transporte e instrumentos de produção aos regressados dos países.

Interpelado sobre a sua ausência em Maputo, no serviço inter-religioso organizado conjuntamente pela Igreja Católica e a Comunidade de Santo Egídio, o líder da Renamo afirmou apenas que «gostaria de estar lá. Chegueli há três dias, mas está lá o Vicente Ululu que é a segunda figura da Renamo. Estamos representados em Maputo».

Moçambicanos A.I. merecem uma paz duradoura

"O balanço que faço do primeiro ano da assinatura do Acordo Geral de Paz entre o Governo moçambicano e a Renamo é positivo. É a primeira vez que acontece uma coisa como esta em que depois da assinatura de um acordo entre as partes em conflito, passado um ano não se tenha registado nenhuma violação" — estas são as palavras do Encarregado de Negócios da Embaixada dos EUA, Christopher Dell, em declarações ao "Notícias", a propósito do aniversário dos entendimentos de Roma.

O diplomata norte-americano disse que com este facto o povo moçambicano demonstra o seu desejo de paz, daí a razão do seu optimismo na implementação do processo que deverá culminar com a realização de eleições gerais em Outubro do próximo ano.

Christopher Dell disse que apesar de algumas dificuldades e atrasos que se verificam na implementação do acordo, ainda se vai a tempo de se pôr em funcionamento todas as comissões, entre as quais a COMPOL, COMINFO e da Administração Territorial, de modo que tenhamos as eleições dentro do período previsto.

Para o diplomata norte-americano, país que juntamente com a França, Itália, Alemanha, Portugal, Grã-Bretanha e a OUA participa como observador no processo de paz moçambicano, as partes (Governo e Renamo) têm vontade de implementar o acordado em Roma.

Questionado sobre o que poderá acontecer caso as eleições não se realizem dentro do tempo estabelecido, o nosso interlocutor disse ser difícil prever o futuro. Contudo, segundo afirmou, "nós não podemos ficar em Moçambique para sempre", numa referência de que a comunidade internacional tem outras prioridades.

Na semana passada, a administração norte-americana reafirmou o seu apoio à resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para que as eleições gerais no país tenham lugar até Outubro do próximo ano.

